

Apresentação

Buscar compreender as concepções de família na atualidade requer reconhecer a historicidade das formas de organização familiares ao longo da história da humanidade, o que facilita a não naturalização do que se pode ver hoje, sobretudo naquilo que se refere às relações de gênero e de geração.

Em que pesem as diversas transformações sociais ocorridas ao longo do tempo nas famílias brasileiras (DeSouza e Baldwin, 2000), as diferenças e desigualdades ainda persistentes nas relações de gênero mostram quanto o modelo de família patriarcal pode ser considerado a matriz de nossa organização social (Saffioti, 1979, 2001). Mesmo numa perspectiva que tenha em conta a existência de rupturas – apesar das permanências – de aspectos característicos deste modelo, a condição feminina no Brasil deve ser entendida em relação à dominação social que caracteriza o sistema patriarcal brasileiro (D'Ávila Neto, 1994).

O que se deseja enfatizar é que parece persistir como referência, na contemporaneidade, a ideia do modelo da família monogâmica nuclear, burguesa e patriarcal descrito por Szymanski (1997) como o “modelo de família nuclear burguesa com conotação normativa” (p. 26). Trata-se de um modelo estruturado sobre relações estáveis marcadas pela autoridade do pai sobre a mãe e os filhos. Como nos propõe Szymanski (1998), a idealização desta forma de organização familiar é legitimada por mediações institucionais as mais diversas, que concorrem para legitimar uma forma específica de interação familiar em detrimento de outras. Desta forma, podem ficar subsumidas outras formas de organização familiar que coexistem na atualidade (Corrêa, 1982), contribuindo para invisibilizar a cada vez maior pluralidade e diversidade de arranjos familiares vivenciados e constatados. Ainda segundo Szymanski (1994), este modelo de família permanece de tal forma presente no imaginário social que, mesmo que não seja efetivamente vivido, termina por ser pensado e idealizado. A partir desta compreensão, a autora propõe uma distinção entre família “pensada” – onde a autoridade é exercida pelo pai e somente em sua ausência a mãe poderá assumi-la – e família “vivida”, em que efetivamente esta autoridade – seja por “novas configurações”

das relações de gênero em algumas famílias, seja pela ausência concreta da figura do homem – muitas vezes é compartilhada ou exercida pela mãe. Esta dicotomia entre pensado e vivido pode redundar em certa sensação de inadequação em algumas famílias que não correspondem ao modelo ideal, como também informar intervenções profissionais equivocadas junto a tais grupos. Se tomarmos o conceito de *habitus*, tal como proposto por Bourdieu (1982), podemos afirmar que a persistência em sentir o efetivamente e cada vez mais recorrentemente vivido como dissonante do que seria o ideal decorre da relativa naturalização de um modelo que reduz as possibilidades de criticidade tanto nos processos de percepção como nos de julgamento. Desta forma, um modelo de família cuja hegemonia numérica tem conhecido expressivo decréscimo, face à crescente diversidade de arranjos experimentados e observados no cotidiano da sociedade brasileira, ainda assim permanece no imaginário social como referência quase absoluta de ideal, mantendo sua hegemonia simbólica.

Em vista disso, reafirmamos nossa convicção de que a família brasileira persiste sendo perpassada pelo modelo de família nuclear burguesa, caracterizada por desigualdades nas relações de gênero e geração, onde os lugares do masculino e do feminino e de adulto e crianças ainda resistem à produção de rupturas de tal ordem que se possa aproximar da equidade.

Bronfenbrenner (1996) alerta para a necessidade de, na tentativa de compreensão da dinâmica familiar, não focalizar tão somente os processos intrafamiliares referentes à interação pais e filhos, senão também como estes são afetados por condições extrafamiliares. Trata-se de compreender e avaliar o nível de (im)permeabilidade do grupo familiar a fatores e agentes que lhes são exteriores.

Ackerman (1978), um dos precursores dos estudos de família em Psicologia, ressalta que as relações com o meio extrafamiliar e suas influências sobre os mecanismos internos à família são aspectos que não podem ser desconsiderados. Ackerman (1978) aponta a presença de trocas afetivas, lealdade e preocupação com o bem estar dos demais membros como sinais de coesão familiar, enfatizando o papel exercido pelos pais, o que termina por se tornar decisivo na “economia” entre aspectos construtivos e destrutivos das relações travadas no grupo familiar:

Em uma perspectiva sistêmica, Minuchin (1982) ressalta a necessidade de que os limites entre os subsistemas familiares – casal, fratria, mãe e filhos, pai e filhos – estejam bem estabelecidos, destacando a clareza de papéis e funções como um elemento propício ao desenvolvimento de seus membros. Para o autor, isto se define pelas possibilidades que a família apresenta para desempenhar bem suas duas tarefas principais, quais sejam, a um tempo prover proteção psicossocial a seus membros – através do sentimento de pertencimento – sem negligenciar a promoção gradual de sua independência – no sentido de preparar os jovens para a vida em sociedade.

Necessário ter em conta que processos intrafamiliares são perpassados por extrafamiliares, e as famílias, durante seu ciclo vital, interagem com diversas outras instâncias, podendo estas interações ser mais ou menos favoráveis ao desenvolvimento de seus membros. Desta forma, muitas vezes a família terá de encontrar soluções para desafios que lhes são interpostos de fora para dentro; noutras, buscará em outras instâncias apoio para situações geradas internamente.

Compreendendo a família como sistema, percebemos que seus membros estabelecem relações, crescem, se desenvolvem e mudam enquanto interagem mutuamente. Com as sucessivas etapas do desenvolvimento, tanto individual como familiar, assumem diferentes papéis e partilham também diferentes funções. Donde a necessidade de entender este sistema como totalidade, isto é, constituído de relações com padrões de interação próprios, papéis e funções passíveis de transformação ao longo de seu ciclo vital e perpassado pelas interações com a sociedade na qual está inserido e sobre a qual também exerce influência.

Na tentativa de compreender e explicar o processo de constituição e constante transformação deste sistema, teorias psicológicas descrevem o grupo familiar como um conjunto de relações. Nesse sentido, a família pode ser vista como totalidade, sistema ou grupo formado por pessoas que se relacionam entre si, possuindo ou não laços de parentesco, porém com sentimento de pertença àquele contexto. As relações estabelecidas neste âmbito, em termos ideais, se caracterizam por união e por influência recíproca direta, intensa e duradoura (Laing, 1983), ainda que não necessariamente significando processos de interação construtivos.

Para Minuchin (1982), família é um sistema aberto e em transformação constante pela troca de informações com os sistemas extrafamiliares. O comportamento de seus integrantes é fortemente orientado pelas características próprias ao sistema familiar, embora também possa mudar em função de necessidades e desafios postos pelas relações externas a ele.

Bronfenbrenner (1996) apresenta ideia similar ao formular o modelo ecológico do desenvolvimento humano, segundo o qual a família é concebida como uma unidade funcional, um microssistema, caracterizado por relações estáveis e recíprocas. Este microssistema é o primeiro espaço no qual o ser humano em desenvolvimento interage, e que possui um padrão de papéis, atividades e relacionamentos, associados a determinados comportamentos e expectativas, de acordo com o meio social mais amplo em que está inserido.

Tais concepções acerca de família a compreendem como um sistema integrado que busca, no processo de seu ciclo vital, manter estabilidade e equilíbrio em suas relações tanto internas como externas. Para sua compreensão, torna-se necessário problematizar a construção de seu sentido como necessariamente protetora e provedora de cuidados adequados a seus membros e suas consequências para as práticas profissionais contemporâneas no Brasil.

Dada a complexidade da discussão, ressalte-se a importância da utilização do plural na grafia da palavra **famílias**, a fim de proceder à demarcação e à ênfase da admissão da existência de uma diversidade de arranjos. Empregar o termo **famílias** constitui um significativo contraponto em relação à prática recorrente de evocação quase que automática de uma única imagem idealizada de família como referência e parâmetro para se conceber e pensar pesquisas, intervenções e políticas. Vale ressaltar, mais uma vez, a atuação da força do habitus (Bourdieu, 1982) neste processo de reificação de um modelo que já não se mostra mais tão hegemônico no cotidiano efetivamente vivenciado.

Ao abordar a temática “Famílias na contemporaneidade: concepções e práticas”, o presente número da revista ressalta a necessidade de adoção de uma perspectiva de abordagem às famílias como totalidade – em que sejam considerados seus processos de estabelecimento, manutenção, modificação e rompimento de relações, vínculos e

alianças –, fornecendo referências que contribuam para o relevante, atual e acirrado debate.

No artigo intitulado “Reflexos dos cuidados da diabetes mellitus nas relações familiares: impactos, limites e estratégias”, Renata Iris Dima apresenta uma discussão sobre as formas como as famílias passam pelas experiências de cuidado no tratamento do diabetes mellitus, engendrando estratégias e sofrendo os impactos do convívio com a doença.

A diversidade de arranjos e dinâmicas familiares, característica dos dias atuais, e os consequentes desafios interpostos ao Serviço Social no trabalho com estes grupos constituem o foco da abordagem levada a cabo por Renata Martins Christiano e Nilza Rogéria de Andrade Nunes, autoras de “A família na contemporaneidade: os desafios para o trabalho do Serviço Social”.

De maneira bastante complementar, o artigo “Uma reflexão sobre as referências familiares de crianças e adolescentes do projeto Oficina do Saber”, de Amanda Cristina Targino Vieira e Nilza Rogéria de Andrade Nunes, propõe um debate acerca das referências conceituais e abordagens preferenciais nas intervenções junto a famílias, ilustrado pela apresentação de um estudo de caso.

Em “Um estudo sobre a violência física de pais e responsáveis às crianças e adolescentes”, Luciana Leite Rodrigues oferece uma análise deste tipo de dinâmica a partir das notificações de suspeita ou confirmação de maus tratos realizadas pela equipe da UPA Vila Kennedy/Rio de Janeiro, no período de 2012, tendo por base os dados constantes nos respectivos prontuários.

“Violência sexual contra crianças e adolescentes e a intervenção qualificada do assistente social”, de autoria de Michelle dos Santos Medeiros, traz a reflexão da atuação do profissional de Serviço Social inserido em espaços de atendimento a casos de violência envolvendo aqueles segmentos etários.

Camila Brandão e Daniela Falci Pereira, em seu artigo intitulado “Direito ao corpo e à saúde: mulheres vítimas de violência doméstica”, realizam uma análise sobre as condições de saúde das mulheres vítimas de violência doméstica, partindo da hipótese de que aquelas que sofrem constantes agressões são frequentadoras dos serviços de saúde com maior incidência do que os demais usuários da política pública de saúde.

Finalizando este dossiê, Julieta Estefanía Ibarra procede a uma comparação entre as estratégias de enfrentamento do estresse e as posições dos sujeitos frente ao conflito. A análise apresentada em “Un modo de abordar los conflictos humanos: las estrategias de afrontamiento” toma por base empírica experiências de mediadoras nas cidades de Rawson y Trelew, localizadas na Província de Chubut, na Argentina.

Referências Bibliográficas

- ACKERMAN, N. W. **Psicoterapia de la Familia Neurotica**, Buenos Aires, Hormé, 1978.
- BOURDIEU, P. **Ce que Parler Veut Dire: l'économie des échanges linguistiques**, Paris, Fayard, 1982.
- BRONFENBRENNER, U. **Ecologia do Desenvolvimento Humano**, Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.
- CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: CORRÊA, M. (org.) **Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil**, São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 13–38.
- D'ÁVILA NETO, M.I. **O Autoritarismo e a Mulher: o jogo da dominação macho-fêmea no Brasil**, Rio de Janeiro, Artes e Contos, 1994.
- DESOUZA, E. e BALDWIN, J. A construção social dos papéis sexuais femininos. In: **Psicologia: reflexão e crítica**, 13(3), 2000, p. 23–34.
- LAING, R.D. **A Política da Família** (2.^a edição), São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- MINUCHIN, S. **Famílias: funcionamento e tratamento**, Porto Alegre, Artes Médicas, 1982.
- SAFFIOTI, H. **A Mulher na Sociedade de Classes: mitos e realidade**, Rio de Janeiro, Rocco, 1979.
- _____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero, **Cadernos Pagu**, 16, 2001, p. 115–136.
- SZYMANSKI, H. Educação para família: uma proposta de trabalho preventivo. In: **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, 4, 1994, p. 34–39.
- _____. Teorias e “teorias” de família. In: CARVALHO, M.C.B. (org.) **A Família Contemporânea em Debate**, São Paulo, PUS-SP, 1997, p. 23–27.
- _____, H. Significados de família. In: LOCH, G. e YUNES, M.A. (org.) **A Família que se Pensa e a Família que se Vive**, Rio Grande, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1998, p. 9–17.

Rio de Janeiro, junho de 2016.

Antonio Carlos de Oliveira
Editor Científico